|  |
| --- |
| **DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO** |
| **PIAUÍ** |
| Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PROFISCO II PI)  BR-L1498 |
|  |
| **Avaliação Econômica ex ante** |
|  |

|  |
| --- |
| O presente documento foi preparado por Ricardo Gazel, com base nas informações fornecidas pela SEFAZ/PI. |

Sumário

[I. Sumário Executivo 3](#_Toc494137323)

[II. O Programa PROFISCO II 7](#_Toc494137325)

[III. A análise econômica ex-ante 7](#_Toc494137328)

[A. Custos 8](#_Toc494137329)

[B. Benefícios 10](#_Toc494137330)

[B.1 Aumento de Arrecadação 10](#_Toc494137331)

[B.2. Redução de custos para o contribuinte para cumprir suas obrigações tributárias 15](#_Toc494137335)

[B.3. Redução de custos para o Estado do Piauí na sua gestão fiscal 17](#_Toc494137336)

[IV. RESULTADO DA ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO 18](#_Toc494137337)

[V. Análise de Sensibilidade 18](#_Toc494137338)

[VI. Conclusões 21](#_Toc494137339)

# Sumário Executivo

* 1. O Estado do Piauí está desenvolvendo, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PROFISCO II PI) BR-L1498. O objetivo do programa é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária, administração tributária e gestão do gasto público. Se espera que, ao potencializar o desempenho da SEFAZ, aumentar a arrecadação tributária e incrementar a eficiência do gasto público, o Estado do Piauí possa melhorar a prestação de serviços de qualidade para os seus cidadãos. O investimento total do programa será de US50 milhões, sendo US$44,935 milhões de financiamento BID e US$5,065 milhões de contrapartida.
  2. Esta análise Custo-Benefício (C-B) considera os custos e benefícios económicos/financeiros do programa em um universo temporal de dez anos a partir do início da execução do programa. Assim, a análise vai do ano 1 ao ano 10, que corresponderia aproximadamente aos anos 2018 e 2027, respectivamente.
  3. Foram incluídos os custos de financiamento do programa e de contrapartida pelo Estado do Piauí; custos financeiros de taxa de crédito para valores não desembolsados e juros para valores desembolsados e custos de manutenção de obras e bens adquiridos, assim como de sistemas depois de implantados e durante todo o período da avaliação.
  4. Os benefícios foram distribuídos em três áreas específicas: (i) Aumento de arrecadação tributária; (ii) Redução de custos para o contribuinte com a eliminação de duas declarações acessórias e (iii) Redução de custos para o governo do Piauí com a eliminação de cinco postos fiscais.
  5. O PROFISCO II inclui três grandes áreas de atuação que incluem 17 produtos. Quase todos os produtos gerarão aumento de receita, economia para o contribuinte ou redução de gastos para o governo. Para a análise C-B foram selecionados apenas cinco produtos que caracterizam bem estes potenciais benefícios e que contam com disponibilidade de dados para identificar e quantificar adequadamente os benefícios.
  6. Na área de aumento da arrecadação, foi escolhido para a análise C-B, uma estimativa de ganhos resultante da implementação dos seguintes produtos: (i) Mecanismos de apoio à Política Tributária aprimorados; (ii) Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidos; (iii) Modelo de gestão do Contencioso administrativo e fiscal implantado; (iv) Modelo de cobrança administrativa implantado e (v) Sistema de integração da SEFAZ à rede nacional implantado, que irão fortemente reduzir a evasão fiscal, aumentar a recuperação de créditos tributários através de uma cobrança mais estruturada e eficiente, e aumentar os índices de recuperação da dívida ativa.
  7. Existem duas formas que podem ser usadas para estimar o gap tributário para o ICMS: (i) usando dados do PIB estadual e (ii) usando dados de fiscalizações tributárias. Com relação à metodologia do Gap Tributário a partir dos dados do PIB, a Base Tributária Potencial é estimada como a soma do PIB do estado, das importações de outras unidades da federação e de outros países, subtraída das exportações para o exterior. Aplicando uma alíquota ponderada por setores, chega-se ao ICMS Potencial Bruto. Deduzindo deste valor os créditos pelas entradas, crédito acumulado apropriado, diferença de alíquotas nas saídas interestaduais e a renúncia fiscal chega-se ao ICMS Potencial Líquido. O Gap Tributário é a diferença entre o ICMS Potencial Líquido e o ICMS arrecadado. O Gap Tributário inclui além da sonegação, a inadimplência, o litígio administrativo e judicial, a elisão fiscal e as omissões de cálculo.
  8. A SEFAZ Piauí, usando esta metodologia, estimou um Gap Tributário de 34,6% para a arrecadação de ICMS no Piauí em 2012. Com relação à metodologia usando dados de fiscalização, Amaral et al. (2009)[[1]](#footnote-1), analisando 9.925 autos de infração lavrados contra empresas de todos os portes, estimou um nível de sonegação do ICMS de 27,6%, o mesmo valor de uma média linear de estimativas para o IVA em 14 países da América Latina citado no estudo. Analisando os dados das fiscalizações tributárias para o Piauí em 2012 (mesmo ano da estimativa usando dados do PIB), o nível de sonegação encontrado foi de 24,5%, não muito diferente da estimativa para o Brasil citada acima e para os países da América Latina.
  9. Para esta análise C-B, elegeu-se a estimativa do Gap Tributário usando o método do PIB visto que o PROFISCO II atuará não apenas em ações de combate à evasão fiscal, mas também nas áreas de cobrança, que reduz a inadimplência, no melhoramento das áreas de contencioso administrativo e tributário, que resulta em melhores taxas de recuperação do crédito tributário, assim como na recuperação da dívida ativa.
  10. A arrecadação do ICMS para 2016 no Piauí foi de R$ 3,34 bilhões (Secretaria do Tesouro Nacional, 2017)[[2]](#footnote-2). Assumindo o Gap Tributário de 34,6%, o estado teve uma perda estimada de R$ 1,76 bilhões. Por exemplo, se o Gap Tributário caísse para 33,6% (queda de 1%), o estado teria arrecadado R$ 51 milhões adicionais, resultante de redução da sonegação, menor inadimplência, maior recebimento do contencioso, e melhor recuperação da dívida ativa, entre outros.
  11. O Componente II (Administração tributária e contencioso fiscal) do PROFISCO II financiará iniciativas que buscam aumentar a arrecadação própria do Piauí, incluindo, entre outras, (i) revisão dos procedimentos de concessão de benefícios fiscais; (ii) fortalecimento da fiscalização e da inteligência fiscal; (iii) modernização da fiscalização do trânsito de mercadorias; (iv) aperfeiçoamento da gestão do contencioso administrativo e (v) implantação da cobrança administrativa.
  12. Todas as ações descritas acima irão impactar na redução do Gap Tributário Líquido. Para a análise C-B, assume-se uma hipótese extremamente conservadora que ao final do programa o Gap Líquido Tributário seja reduzido em 1,25%, passando de 34,6% para 33,35%, como mostra a Tabela 1. Como as ações estão distribuídas no tempo da execução do programa, os ganhos de arrecadação iniciam menores e aumentam de acordo com os percentuais de redução do Gap, alcançando o máximo valor a partir do ano 5 da execução.

**Tabela 1. Projeção da Evolução do Gap Líquido Tributário**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 em diante | Início do Programa | Fim do Programa |
| 0,50% | 0,50% | 0,75% | 1,00% | 1,25% | 34,60% | 33,35% |

Fonte: Dados Próprios de Projeção de Redução do Gap Líquido Tributário – SEFAZ/PI, 2017.

* 1. A maior parte da redução do Gap virá das ações de estruturação da fiscalização, inteligência fiscal, e melhoria da cobrança, mais difíceis de estimar precisamente em uma análise ex ante. Assim, foram analisados três simples exemplos que contam com dados disponíveis e adequados para a medição de aumentos de arrecadação.
  2. Exemplo 1: A modernização do Posto Fiscal de Tabuleta, incluindo a instalação de um scanner, poderá elevar a arrecadação neste posto em R$3,8 milhões anualmente, tomando em consideração a arrecadação média dos últimos seis anos (R$19 milhões) e um aumento de 20% na arrecadação, que foi a experiência do Ceará após instalação de containers em postos fiscais.
  3. Exemplo 2: Em 2016, 14 viaturas foram utilizadas para monitoramento móvel do transito de mercadorias. Em conjunto elas arrecadaram cerca de R$9,4 milhões. Deduzindo os custos de diárias e alimentação e gasolina, cada viatura registrou uma arrecadação líquida de R$562 mil. O PROFISCO II financiará a aquisição de 25 novas viaturas, das quais 14 substituirão as antigas. Assim, estima-se um aumento de cerca de R$6 milhões de arrecadação do ICMS anual.
  4. Exemplo 3: está relacionado ao ICMS sobre importações através do Canal Postal. O Departamento Internacional dos Correios desenvolveu um novo sistema de monitoramento e fiscalização para estas importações que permitirá aos estados o acesso seguro, ágil e controlado das informações, permitindo assim análises de risco e possibilitando a tributação de 100% das mercadorias sujeitas à tributação. Uma simulação dos Correios, para as importações internacionais do Piauí através do Canal Postal, indica um potencial aumento na arrecadação do ICMS de quase sete vezes mais com o novo modelo comparado ao modelo atual. Com o modelo atual apenas R$ 850 mil das importações pelos Correios são tributados, resultando em R$ 187 mil in arrecadação de ICMS. Com o novo modelo, o valor das mercadorias a ser tributado passa para R$6,165 milhões, resultando em uma arrecadação de R$1,345 milhões de ICMS. A diferença é de uma arrecadação adicional de ICMS de mais de um milhão anualmente.
  5. A soma destes simples exemplos chega a mais de R$11 milhões de Reais anualmente, representando 44% do total estimado do aumento de arrecadação (pela redução do Gap Tributário) nos primeiros dois anos. Em outras palavras, a redução do Gap Tributário deverá ser substancialmente maior do que a hipótese extremamente conservadora adotada nesta análise C-B.
  6. Redução de custos para o contribuinte com a eliminação de duas declarações acessórias. A edição de 2017 do *Doing Business* registra que uma empresa brasileira gasta, em média, 2.038 horas anualmente para cumprir suas obrigações tributárias. Para o ICMS, este tempo é de 1.189 horas anualmente. No Piauí, o contribuinte tem que apresentar duas declarações acessórias: a DIEF (Declaração de Informação Econômica Fiscal) e a GIA-ST (Guia de Informação e Apuração do ICMS de Substituição Tributária) que podem ser substituídas por uma declaração nacional também obrigatória.
  7. Atualmente o estado tem 22 mil contribuintes que gastam, mensalmente, entre meia e uma hora para cumprir suas obrigações tributárias relacionadas à DIEF e GIA-ST. No ano, são um total de 132 mil horas. O custo mínimo com um profissional em contabilidade que, em geral, são os que se ocupam destas declarações acessórias fica em R$20. Assim, o custo anual para os contribuintes alcança o valor de R$2,64 milhões. O PROFISCO II financiará ações que eliminarão a necessidade do preenchimento destas duas declarações acessórias, resultando em economia para os contribuintes.
  8. Redução de custos para o governo do Piauí com a eliminação de cinco postos fiscais. Com o passar do tempo e mudanças no trânsito de mercadorias, alguns postos fiscais ficaram obsoletos com custos maiores que a arrecadação gerada por eles. Ações propostas no PROFISCO II, especialmente na área de melhoria tecnológica, permitirá o fechamento de cinco postos de fiscalização no Piauí, substituindo a fiscalização fixa por fiscalização eletrônica e móvel. Com isto o governo economizará cerca de R$3,6 milhões anualmente ao eliminar os custos atuais com estes cinco postos fiscais.
  9. O Cenário 1 (básico) da análise C-B, usando os resultados descritos acima, estima uma **taxa interna de retorno (TIR) de 50,5% e um valor presente líquido (VPL) de mais de US$ 24 milhões.** O fluxo financeiro anual (Benefícios – Custos) passa a ser positivo no quinto ano do programa e, no acumulado, passa a ser positivo no sexto ano do programa, ou seja, já com retorno positivo para o programa como um todo.
  10. A Análise de Sensibilidade para o cenário básico inclui três diferentes cenários: uma desvalorização do Real, uma redução de benefícios e um cenário que mistura desvalorização e redução de benefícios. O quadro abaixo sumariza os quatro cenários da análise de sensibilidade.
  11. É importante notar que a análise de sensibilidade apenas focou em casos de deterioração do cenário básico. As hipóteses do cenário básico são substancialmente conservadoras, especialmente para a redução do Gap Tributário. A probabilidade de um retorno maior do que o cenário básico é alto.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tabela 2. Sumário da Análise de Sensibilidade da Análise Custo-Benefício** | | |
|  | TIR | VPL |
| Básico | 50,5% | $ 24.737.960 |
| Desvalorização | 39,7% | $ 19.052.925 |
| Redução benefícios | 18,2% | $ 4.532.512 |
| Duplo | 12,9% | $ 684.335 |

# Fonte: Cálculos próprios para diferentes cenários da Análise Custo-Benefício.

# O Programa PROFISCO II

* 1. O Programa está divido em três componentes, a saber**: Componente I - Gestão fazendária e transparência fiscal (US$23 milhões)**. Este componente busca aumentar a maturidade institucional da SEFAZ através do melhoramento dos seus processos corporativos, de forma a potencializar seu desempenho como órgão diretor das finanças públicas do Estado. Se espera que com a implementação das atividades e produtos deste componente aumente a efetividade do planejamento, execução e avaliação dos resultados da SEFAZ.
  2. **Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal (US$17 milhões)**. Este componente busca aumentar a arrecadação das receitas próprias e melhorar o ambiente de negócios no Estado. Se espera que com a implementação das ações previstas neste componente se reduza a evasão, se controle e limite os benefícios fiscais, diminua a inadimplência tributária e se simplifique a estrutura tributária, de maneira que arrecadação efetiva se acerque do potencial e se promova a competitividade do Estado.
  3. **Componente III. Administração financeira e gasto público (US$9 milhões)**. Este componente busca contribuir para a disciplina fiscal e ao aumento da eficiência e efetividade do gasto público. Se espera que com a implementação deste componente, o Estado será capaz de priorizar e fazer uso dos recursos públicos de forma mais efetiva e eficiente; preparar o investimento público mais eficiente que reduza sobre custos e tempos de execução e impactem mais a população alvo; de fazer uma gestão das compras públicas que gerem economias para o Estado; de consolidar uma administração financeira integrada, oportuna e transparente; e de administrar a dívida pública de forma que permita um financiamento do investimento mais eficiente e sustentável no médio e longo.
  4. Resultados esperados. (i) melhoria da maturidade da gestão fiscal; (ii) incremento da relação Receitas Próprias/PIB Estadual e (iii) redução da discrepância entre o orçamento planejado originalmente e o executado ao final do exercício.

# A análise econômica ex-ante

* 1. A análise econômica ex-ante se circunscreve a uma análise Custo-Benefício (C-B) visto que não se pretende medir os impactos do programa nas variáveis macroeconômicas do estado como, por exemplo, o mercado de trabalho, mesmo porque estes impactos seriam marginais. Por exemplo, em uma análise econômica mais ampla não se poderia considerar um aumento de arrecadação de impostos como benefícios já que representaria uma perda para o contribuinte e o saldo seria nulo ou até mesmo negativo se considerado o efeito “deadweight loss”. Assim, optou-se por elaborar uma análise Custo-Benefício, estimando os custos e benefícios financeiros ex-ante.
  2. Esta análise considera os custos e benefícios financeiros para o governo do Estado do Piauí, assim como as economias para o contribuinte, advindas da modernização da gestão fiscal, que resultará em menor tempo para o cumprimento das obrigações tributárias como, por exemplo, a redução de obrigações acessórias. Também se considera algumas economias para o governo como o fechamento de postos fiscais com adoção de novas tecnologias de fiscalização de trânsito. Além disso a analise considera o aumento de arrecadação, que não resulta de um aumento de impostos, mas de uma redução da evasão fiscal que gera distorções na economia, já que as empresas que sonegam impostos têm uma vantagem comparativa ilegal que distorce a competitividade econômica. Esse aumento da arrecadação ao mesmo tempo amplia os fundos estatais para a prestação de serviços aos cidadãos. Porém, é possível que em termos económicos esses resultados representem uma transferência de recursos de uma parte da sociedade, como os contribuintes e sonegadores, para uma outra, como os recipientes de programas sociais.
  3. Os custos de investimento e manutenção são medidos pelos preços de mercado[[3]](#footnote-3). Esta opção está baseada no entendimento que, neste projeto, os preços de mercado refletem os custos sociais de oportunidade para os recursos. Desta maneira, se optou por elaborar uma análise C-B, estimando os custos e benefícios financeiros ex-ante. Adicionalmente, a maior probabilidade é que a aplicação de preços sombra reduziria os custos totais do investimento e manutenção. Aplicando os preços de mercado torna-se a avaliação mais conservadora, com taxas de retorno menores comparadas às que seriam alcançadas se preços sombras fossem aplicados.
  4. O universo temporal é de dez anos a partir do início da execução do programa, independendo do começo especifico da execução em ano calendário. Assim, a análise vai do ano 1 ao ano 10, que corresponderia aproximadamente aos anos 2018 e 2027, respectivamente.
  5. Os custos incluídos são:
     1. Custo de financiamento do programa de US$44,935 milhões desembolsado em cinco anos;
     2. Custo de contrapartida pelo Estado do Piauí em um total de US$ 5,065 milhões desembolsado em cinco anos;
     3. Custos financeiros associados ao financiamento do programa: taxa de crédito para valores não desembolsados e juros para valores desembolsados; e
     4. Custo de manutenção de sistemas depois de implantados e durante todo o período da avaliação.
  6. Os benefícios estão distribuídos em três áreas específicas:
     1. Aumento de arrecadação tributária;
     2. Redução de custos (tempo) para o contribuinte para cumprir suas obrigações tributárias;
     3. Redução de custos para o governo do Piauí na sua gestão fiscal.
  7. Os custos, exceto os custos de manutenção, foram calculados em dólares. Os custos de manutenção e os benefícios foram calculados em Reais e transformados em dólares usando uma taxa de câmbio de R$3,3 = US$1 (Fonte: Pesquisa Focus do Banco Central com agentes do mercado financeiro – 1º de setembro de 2017 - taxa de câmbio média para 2018).

## Custos

* 1. Os custos associados ao programa foram calculados da seguinte forma[[4]](#footnote-4):
     1. Os custos de financiamento estão alocados segundo as previsões de desembolso do Plano de Execução Plurianual (PEP) do programa.
     2. Os custos de contrapartida também estão alocados segundo as previsões de desembolso do PEP.
     3. Os custos financeiros estão divididos entre juros e taxa de crédito. A taxa de juros aplicada é a estabelecida pelo BID para o terceiro trimestre de 2017 para empréstimos com o Capital Ordinário de 2,25% (taxa libor/3 meses (1,30%) + margem de captação (0,10%) + spread do BID (0,85%)). A taxa de crédito usada é a estabelecida pelo BID para o segundo semestre de 2017 de 0,5% sobre o total não desembolsado. Assume-se um financiamento de 25 anos com um período de graça de 5 anos. Assim os juros são calculados sobre os valores desembolsados e, a partir do sexto ano, é calculado sobre o valor total desembolsado menos a amortização (5% do valor do financiamento anual). Por exemplo, no sexto ano aplica-se a taxa de juros sobre US$44,935 milhões menos US$2,25 milhões de amortização. No segundo ano o valor passa para US$44,935 milhões menos US$ 4,5 milhões e assim por diante.
  2. Os custos de manutenção foram calculados da seguinte forma:
     + 1. Custos de manutenção incidem sobre os investimentos em bens e obras (62% do programa = R$ 92,5 milhões) e sobre contratos de consultoria para desenvolvimento de sistemas (21% do programa = R$ 31 milhões).
       2. A alocação anual dos investimentos nestas categorias de custo é feita seguindo os percentuais de desembolso para o programa como um todo.
       3. A maior parte das aquisições de bens (R$ 78,7 milhões) refere-se a veículos, balanças para postos fiscais, mobiliário e, em menor parte, equipamentos de TI. Investimentos em obras totalizam R$11,25 milhões.
       4. A avaliação C-B toma as taxas de depreciação como proxies para os custos de manutenção. Assim, se um bem leva oito anos para ser depreciado, assume que o montante depreciado seria o necessário para manter o valor original do bem, se gasto na manutenção daquele bem. Em outras palavras, os gastos com manutenção resultariam, no acumulado, no valor do bem ao final da sua vida útil, permitindo assim repor o bem original.
       5. Em geral, estima-se em 10 anos a depreciação da maior parte de bens. No entanto, equipamentos de TI tornam-se obsoletos em menor tempo. Adotou-se 8 anos, como média, para depreciação dos valores alocados para aquisição de bens, resultando em um gasto anual de manutenção equivalente a um oitavo do valor do investimento naqueles bens.
       6. Para os serviços de consultoria para desenvolvimento de sistemas, adotou-se uma taxa de manutenção de 10% ao ano, o que equivale em dez anos o valor total gasto no desenvolvimento dos mesmos. Em outras palavras, seria como substituir os sistemas em um prazo de dez anos através dos gastos de manutenção.
       7. Os gastos de manutenção iniciam no ano seguinte aos investimentos. Por exemplo, dos R$92,47 milhões alocados para aquisição de bens e obras do projeto, R$856 mil são investidos no primeiro ano de execução. Assim, a partir do segundo ano computam-se os gastos de manutenção de R$ 107 mil anualmente. Ao final de oito anos, os custos de manutenção correspondem ao total investido na aquisição de bens e obras no primeiro ano de execução. Os gastos em bens no ano 2 (R$ 18,49 milhões) resultam em gastos de manutenção a partir do ano 3 de R$2,3 milhões anuais e assim por diante. A Tabela 31 abaixo mostra a distribuição dos valores de manutenção em R$1.000.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 3: Cálculo dos Custos de Manutenção em R$ 1.000** | | | | | | | | | | | | |
|  | Total | ano 1 | | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 |
| *Gastos em bens* | 92.472 | 856 | | 18.494 | 26.885 | 27.742 | 18.494 | - | - | - | - | - |
| *Gastos em consultoria* | 31.004 | 287 | | 6.201 | 9.014 | 9.301 | 6.201 | - | - | - | - | - |
| ***Gastos manutenção*** | | | | | | | | | | | | |
| *Bens adquiridos no ano 1* | 856 | - | 107 | | 107 | 107 | 107 | 107 | 107 | 107 | 107 | - |
| *Bens adquiridos no ano 2* | 18.494 | - | - | | 2.312 | 2.312 | 2.312 | 2.312 | 2.312 | 2.312 | 2.312 | 2.312 |
| *Bens adquiridos no ano 3* | 23.525 | - | - | | - | 3.361 | 3.361 | 3.361 | 3.361 | 3.361 | 3.361 | 3.361 |
| *Bens adquiridos no ano 4* | 20.806 | - | - | | - | - | 3.468 | 3.468 | 3.468 | 3.468 | 3.468 | 3.468 |
| *Bens adquiridos no ano 5* | 11.559 | - | - | | - | - | - | 2.312 | 2.312 | 2.312 | 2.312 | 2.312 |
| *Consultorias pagas no ano 1* | 258 | - | 29 | | 29 | 29 | 29 | 29 | 29 | 29 | 29 | 29 |
| *Consultorias pagas no ano 2* | 4.961 | - | - | | 620 | 620 | 620 | 620 | 620 | 620 | 620 | 620 |
| *Consultorias pagas no ano 3* | 6.310 | - | - | | - | 901 | 901 | 901 | 901 | 901 | 901 | 901 |
| *Consultorias pagas no ano 4* | 5.581 | - | - | | - | - | 930 | 930 | 930 | 930 | 930 | 930 |
| *Consultorias pagas no ano 5* | 3.100 | - | - | | - | - | - | 620 | 620 | 620 | 620 | 620 |
| ***Total*** | 95.451 | - | 136 | | 3.068 | 7.330 | 11.728 | 14.659 | 14.659 | 14.659 | 14.659 | 14.552 |

Fonte: Cálculos Próprios dos Custos de Manutenção.

* 1. As estimativas dos custos totais, incluindo custos de financiamento, contrapartida, financeiros e de manutenção, estão apresentadas na Tabela 4.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 4: Custos PROFISCO II (em mil dólares)** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -692,6 | -10.437,0 | -16.084,2 | -18.074,6 | -14.565,8 | -5.402,7 | -5.352,2 | -5.301,6 | -5.251,1 | -5.168,1 | -86.329,9 |
| Financiamento | -284,4 | -8.987,5 | -13.196,9 | -13.481,3 | -8.985,0 | - | - | - | - | - | -44.935,0 |
| Contrapartida local | -178,6 | -1.012,3 | -1.339,8 | -1.518,4 | -1.015,9 | - | - | - | - | - | -5.065,0 |
| Juros | -6,4 | -217,8 | -505,5 | -808,9 | -1.011,0 | -960,5 | -909,9 | -859,4 | -808,8 | -758,3 | -6.846,6 |
| Comissão de crédito | -223,3 | -178,3 | -112,3 | -44,9 | -0,0 | - | - | - | - | - | -558,8 |
| Manutenção | - | -41,1 | -929,6 | -2.221,1 | -3.553,8 | -4.442,3 | -4.442,3 | -4.442,3 | -4.442,3 | -4.409,8 | -28.924,5 |

## Fonte; Cálculos Próprios incluindo todos os custos estimados do projeto.

## Benefícios

* 1. O PROFISCO II inclui três grandes áreas de atuação que incluem 17 produtos. Quase todos os produtos gerarão aumento de receita, economia para o contribuinte ou redução de gastos para o governo. Para a análise C-B foram selecionados apenas cinco produtos que caracterizam bem estes ganhos potenciais e que contam com disponibilidade de dados para identificar e quantificar adequadamente os benefícios.
  2. Para estimar o aumento da arrecadação é necessário primeiro estimar a gap tributário, ou seja, o percentual do potencial de arrecadação que não é realizado por diferentes razões, tais como sonegação fiscal, omissão de cálculo, e inadimplência. Com relação à melhoria do ambiente de negócios, mediu-se a economia de tempo que os contribuintes obterão com a eliminação de obrigações acessórias e para a economia com o fechamento de postos fiscais registrou-se os custos reais atuais.

### B.1 Aumento de Arrecadação

* 1. O diagnóstico da administração tributária do Piauí, realizado para a elaboração do PROFISCO II, identificou uma série de deficiências que resultam em uma arrecadação abaixo do potencial tributário do estado, especialmente do ICMS, o mais importante imposto para a arrecadação própria dos estados brasileiros. Existem duas diferentes metodologias para estimar o gap tributário para o ICMS. Uma é baseada nas fiscalizações tributárias, assumindo que os autos de infração representam o nível de sonegação fiscal e a segunda que calcula o gap pela diferença entre a arrecadação potencial e a arrecadação registrada do tributo, sendo a arrecadação potencial estimada através da incidência das taxas ponderadas do ICMS por setor no PIB tributável dos mesmos. Abaixo estas duas metodologias são apresentadas com seus respectivos resultados para o Piauí.
  2. A Tabela 5 abaixo sintetiza a metodologia usada para estimar o Gap Tributário a partir dos dados do PIB. A Base Tributária Potencial é a soma do PIB do estado, das importações de outras unidades da federação e de outros países, e subtraindo as exportações para o exterior. Aplicando uma alíquota padrão ponderada por setor, chega-se ao ICMS Potencial Bruto. No entanto é necessário subtrair, deste valor potencial bruto, quatro grandes itens: os créditos pelas entradas, crédito acumulado apropriado, diferença de alíquotas nas saídas interestaduais e a renúncia fiscal, para chegar ao ICMS Potencial Líquido. O Gap Tributário é a diferença entre o ICMS Potencial Líquido e o ICMS arrecadado. O Gap Tributário incluí além da sonegação, a inadimplência, o litígio administrativo e judicial, a elisão fiscal e as omissões de cálculo.

**Tabela 5. Metodologia de cálculo do gap tributário**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **PIB UFs** |
| **(+)** | Importação (UFs) |
| **(+)** | Importação (Exterior) |
| **(-)** | Exportação (Exterior) |
| **(=)** | **Base Tributária Potencial** |
| **(x)** | Alíquota padrão ponderada |
| **(=)** | **ICMS Potencial Bruto** |
| **(-)** | Crédito pelas entradas |
| **(-)** | Crédito acumulado apropriado |
| **(-)** | Diferença de alíquota nas saídas interestaduais |
| **(-)** | Renúncia Fiscal |
| **(=)** | **ICMS Potencial Líquido** |
| **(-)** | **ICMS Arrecadado** |
| **(=)** | **GAP Tributário** |
|  | Inadimplência |
|  | Litígio Administrativo e Judicial |
|  | Elisão |
|  | Sonegação |
|  | Omissões de cálculo |
| **Eficiência Tributária = ICMS Arrecadado/ ICMS Potencial Líquido** | |

Fonte: SEFAZ-PI (2016-1)

* 1. Usando esta metodologia, A SEFAZ estimou um gap de 34,6% para a arrecadação de ICMS no Piauí, em 2012, o que correspondia a 4,3% do PIB estadual. Se, por exemplo, o ICMS arrecadado aumentasse em 1% do PIB, este gap cairia para 26,51%.
  2. Amaral et al. (2009) é uma referência em estimativa de sonegação de ICMS usando dados de fiscalizações tributárias. Os autores analisaram 9.925 autos de infração lavrados contra empresas brasileiras de todos os portes e setores, estimando um nível de sonegação de 27,6%, o mesmo valor de uma média linear de estimativas para o IVA em 14 países da América Latina, citada pelos autores. Analisando os dados das fiscalizações tributárias para o Piauí em 2012 (mesmo ano da estimativa usando dados do PIB), o nível de sonegação encontrado foi de 24,5%, não muito diferente das estimativas citadas acima para o Brasil e para os países da América Latina.
  3. A diferença entre as estimativas, usando os dois métodos, pode ser explicada pela composição dos gaps. Enquanto o método usando dados de fiscalizações estima apenas a sonegação tributária e possíveis omissões de cálculos, o método usando o PIB inclui também a inadimplência, o litígio administrativo e judicial, a elisão fiscal, que podem chegar a níveis substanciais.
  4. Para esta análise C-B, elegeu-se a estimativa do Gap Tributário usando o método do PIB, visto que o PROFISCO II atuará não apenas em ações de combate à evasão fiscal, mas também nas áreas de cobrança, que reduz a inadimplência, no melhoramento das áreas do contencioso administrativo e tributário, que resulta em melhores taxas de recuperação do crédito tributário, assim como na recuperação da dívida ativa.
  5. A arrecadação do ICMS para 2016 no Piauí foi de R$ 3,34 bilhões (Secretaria do Tesouro Nacional, 2017)[[5]](#footnote-5). Assumindo o Gap Tributário de 34,6% (SEFAZ-PI, 2016, ver parágrafo 3.14), o ICMS Potencial Líquido seria de R$ 5,1 bilhões em 2016. Ou seja, o estado teve uma perda estimada de R$1,76 bilhões, como mostra a Tabela 6. Por exemplo, se o Gap Tributário caísse para 33,6% (queda de 1%), o estado teria arrecadado R$51 milhões adicionais. Como mencionado anteriormente, este valor adicional viria de várias fontes: redução da sonegação, menor inadimplência, recebimento do contencioso, melhor recuperação da dívida ativa, etc.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tabela 6: ICMS Potencial, Arrecadado e Gap Tributário** | | |
| Em R$ bilhões - 2016 | | |
| ICMS arrecadado | Gap Tributário | ICMS Potencial Líquido |
| 3,34 | 1,77 | 5,10 |
| 65,4% | 34,6% | 100% |

Fonte: SEFAZ/PI para ICMS arrecadado e estimativa do ICMS Potencial Líquido usando a metodologia descrita na Tabela 5. GAP Tributário é a diferença entre ICMS Potencial menos ICMS Arrecadado.

* 1. O Componente II (Administração tributária e contencioso fiscal) do PROFISCO II financiará iniciativas que buscam aumentar a arrecadação própria do Piauí, incluindo, entre outras, (i) revisão dos procedimentos de concessão de benefícios fiscais; (ii) fortalecimento da fiscalização e da inteligência fiscal; (iii) modernização da fiscalização do trânsito de mercadorias; (iv) aperfeiçoamento da gestão do contencioso administrativo e (v) implantação da cobrança administrativa.
  2. Todas as ações descritas acima, especialmente o uso mais intensivo de tecnologia na gestão tributária, irão impactar na redução do Gap Tributário do ICMS[[6]](#footnote-6).
  3. Para a análise C-B, assume-se uma hipótese extremamente conservadora que, ao final do programa, o Gap Líquido Tributário seja reduzido em 1,25%, passando de 34,6% para 33,35%[[7]](#footnote-7). A Tabela 3 mostra que o ICMS Potencial Líquido estimado é de R$ 5,1 bilhões, incluindo o Gap Tributário de R$1,77 bilhões (34,6% do total). Assim, cada 0,5% de redução do Gap (de, por exemplo, 34,6% para 34,1%) equivaleria a um aumento de arrecadação de R$25,5 milhões.
  4. Como as ações, que levarão à redução do Gap Tributário, estão distribuídas no tempo da execução do programa, os ganhos de arrecadação iniciam menores e aumentam de acordo com os percentuais de redução do Gap, alcançando o máximo valor a partir do ano 5 da execução, como mostra a Tabela 7.

**Tabela 7: Distribuição da Redução do Gap Tributário por ano (% e R$ milhões)**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 em diante | Início do Programa | Fim do Programa |
| 0,50% | 0,50% | 0,75% | 1,00% | 1,25% | 34,60% | 33,35% |
| R$ 25,5 | R$ 25,5 | R$ 32,3 | R$ 51,0 | R$ 63,8 | R$ 1.765,7 | R$ 1701,9 |

Fonte: Cálculos Próprios baseados nas estimativas de redução do gap tributário da SEFAZ-PI.

* 1. A maior parte da redução do Gap virá das ações de estruturação da fiscalização, inteligência fiscal, melhoria da cobrança, etc., mais difíceis de estimar precisamente em uma análise ex ante. Assim, foram analisados três simples exemplos que contam com dados disponíveis e adequados para a medição de aumentos de arrecadação.
  2. Exemplo 1: A modernização do Posto Fiscal de Tabuleta, incluindo a instalação de um scanner, poderá elevar a arrecadação neste posto em R$3,8 milhões anualmente, tomando em consideração a arrecadação média dos últimos seis anos (R$19 milhões), segundo informes da Unidade da Tributação da SEFAZ-PI, e um aumento de 20% na arrecadação, que foi a experiência no Ceará após instalação de containers em postos fiscais[[8]](#footnote-8). Os postos do Ceará são similares ao posto de Tabuleta, visto que são todos postos de fronteira, com alta concentração de trânsito de mercadorias. Vários outros postos serão equipados com balanças e modernizados tecnologicamente, reduzindo as possibilidades de fraude fiscal e, portanto, resultando em incremento de arrecadação.
  3. Exemplo 2: A aquisição de novos veículos para fiscalização móvel de trânsito também trará aumento de arrecadação. Em 2016, 14 viaturas foram utilizadas para monitoramento móvel do trânsito de mercadorias. Segundo informes da SEFAZ-PI, em conjunto elas arrecadaram cerca de R$9,4 milhões. Deduzindo os custos de diárias e alimentação e gasolina, cada viatura registrou uma arrecadação líquida de R$562 mil. O PROFISCO II financiará a aquisição de 25 novas viaturas, das quais 14 substituirão as antigas. Assim, estima-se um aumento de cerca de R$6 milhões de arrecadação do ICMS anual relativo às 11 viaturas adicionais. Ver Tabela 8 abaixo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tabela 8: Benefícios de 11 viaturas adicionais na Fiscalização Móvel (R$ 1000) | | | | | | | |
| Dados SEFAZ-PI 2016 | | | | | | PROFISCO II | |
| Número viaturas (a) | Valor arrecadado (b) | Custos diárias (c ) | Gasolina (d) | Valor liquido (e) = b-c-d | Valor Líquido por viatura  (f) = e/a | número viaturas adicionais (g) | Benefícios adicionais (h) = f\*g |
| 14 | 9.366 | 1.241 | 256 | 7.869 | 562 | 11 | 6.183 |

**Fonte: Relatórios de Arrecadação da Fiscalização Móvel – Secretaria de Estado da Fazenda – Piauí (2016) e cálculos do autor baseados nos mesmos dados.**

* 1. Exemplo 3: Este exemplo está relacionado ao ICMS sobre importações por pessoas físicas e jurídicas através dos Correios. Segundo o portal do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2016-2017), as importações internacionais do Piauí nos últimos 12 meses (setembro 2016 a agosto de 2017) foram de US$314,4 milhões, equivalentes a pouco mais de R$ 1 bilhão.[[9]](#footnote-9) Uma pequena parte das importações internacionais (0,6%) é feita através do Canal Postal dos Correios, segundo o Departamento Internacional da Empresa Brasileira de Correios y Telégrafos (Correios, 2014). O nível de evasão estimado é alto, visto que a autoridade tributária não tem acesso às informações destas transações. A partir da informação fornecida pelos Correios, estes estimam que apenas 13% das importações por este canal acabam pagando o ICMS devido[[10]](#footnote-10).
  2. O Departamento Internacional dos Correios desenvolveu um novo sistema de monitoramento e fiscalização para estas importações que permitirá ao importador troca de informações eletrônicas (webservice), disponibilização do pagamento do ICMS pelo canal Internet e entrega domiciliar da encomenda. Para os Estados, através de convenio com os Correios, o acesso seguro, ágil e controlado das informações, permitirá análises de risco e possibilitará a tributação de 100% das mercadorias sujeitas à tributação, com simplificação da tributação e gestão das informações do ICMS (pagos e pendentes).
  3. Para implementar este novo modelo será necessário criar uma capacidade para captar as informações relativas ao contribuinte e mercadorias, disponibilizar e manter um Webservice para transmissão e captação de informações, disponibilizar meios de pagamentos para os importadores, e criar um sistema de controle e repasse para os pagamentos de ICMS.
  4. Uma simulação dos Correios, para as importações internacionais do Piauí através do Canal Postal, indica um aumento na arrecadação do ICMS de quase sete vezes mais com o novo modelo comparado ao modelo atual.
  5. Nos últimos 12 meses, as importações internacionais do Piauí foram de mais de um bilhão de Reais. A Tabela 9, segundo dados e simulação dos Correios, mostra que, com o modelo atual de fiscalização das importações através do Canal Postal, a tributação incide apenas sobre R$850 mil, resultando em R$187 mil em arrecadação de ICMS. Com o novo modelo, a fiscalização reduzirá quase a totalidade da evasão fiscal e o valor das mercadorias a ser tributado passa para R$6,165 milhões, resultando em uma arrecadação de R$1,345 milhões de ICMS. A diferença é de uma arrecadação adicional de ICMS de mais de um milhão anualmente.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tabela 9: Simulações de arrecadação do ICMS sobre importações do Canal Postal** -R$ 1000 | | |
| Modelo | Valor das importações | ICMS |
| Atual | 850 | 187 |
| Novo | 6.165 | 1.345 |
| Diferença | 5.316 | 1.158 |
| Fonte: Simulação do Departamento Internacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos usando dados de importações do Piaui. Julho 2017. | | |

* 1. A Tabela 10 mostra que a soma destes simples exemplos chega a mais de R$11 milhões de Reais anualmente, representando 44% do total estimado do aumento de arrecadação (pela redução do Gap Tributário) nos primeiros dois anos e reduzindo até chegar 17,5% do total. Em outras palavras, a redução do Gap Tributário deverá ser substancialmente maior do que a hipótese extremamente conservadora adotada nesta análise C-B, visto que apenas três simples exemplos representam uma boa parte da estimativa de aumento da arrecadação dada a redução do gap tributário.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 10: Soma dos Três exemplos em R$ 1000 e % do aumento da arrecadação** | | | | | |
|  | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 em diante |
| Posto Tabuleta | 3.794 | 3.794 | 3.794 | 3.794 | 3.794 |
| Fiscalização Móvel | 6.183 | 6.183 | 6.183 | 6.183 | 6.183 |
| Importações | 1.158 | 1.158 | 1.158 | 1.158 | 1.158 |
| **Total** | **11.135** | **11.135** | **11.135** | **11.135** | **11.135** |
| Estimativa de Aumento Arrecadação com redução do Gap Tributário | 25.516 | 25.516 | 38.274 | 51.031 | 63.789 |
| Total exemplos/estimativa de aumento da arrecadação (%) | 43,6% | 43,6% | 29,1% | 21,8% | 17,5% |

### Fonte: Cálculos Próprios incluindo os benefícios dos três exemplos especificados nas tabelas anteriores.

### B.2. Redução de custos para o contribuinte para cumprir suas obrigações tributárias

* 1. O Brasil ocupa uma das piores posições (181 em 190) em tempo necessário para o contribuinte cumprir com suas obrigações tributárias, segundo o *Doing Business (Banco Mundial, 2017)*. Embora os dados se refiram apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, a situação não é diferente para o resto do país. A edição de 2017 do *Doing Business* registra que uma empresa, em média, gasta 2.038 horas anualmente para cumprir suas obrigações tributárias. Para o ICMS, este tempo é de 1.189 horas anualmente.
  2. A implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)[[11]](#footnote-11), parte do PROFISCO I, representou um avanço na direção de melhorar as condições para o contribuinte cumprir suas obrigações tributárias, mas não eliminou todas as obrigações acessórias existentes anteriormente.
  3. No Piauí, o contribuinte ainda tem que apresentar duas declarações acessórias além do SPED: a DIEF (Declaração de Informação Econômica Fiscal) e a GIA-ST (Guia de Informação e Apuração do ICMS de Substituição Tributária). O contribuinte usa as mesmas bases de informações para preencher o SPED, a DIEF e a GIA-ST, mas o preenchimento e transmissão requerem tempo adicional. Uma pesquisa com contadores do estado constatou que estas duas declarações acessórias demandam mensalmente entre meia hora à uma hora para preparação e envio, dependendo da complexidade da mesma.
  4. Segundo informação fornecida pela SEFAZ-PI (2016-2)[[12]](#footnote-12), atualmente o estado tem 104 mil firmas ativas. Destas, 52 mil são MEI (Micro Empreendedor Individual) e 30 mil são Simples Nacional que não preenchem as declarações acessórias. Assim, 22 mil contribuintes gastam mensalmente entre meia e uma hora para cumprir suas obrigações tributárias relacionadas à DIEF e GIA-ST. No ano, são um total de 132 mil horas. O custo mínimo com um profissional em contabilidade que, em geral, são os que se ocupam destas declarações acessórias fica em R$20, de acordo com o Sindicato dos Contadores do Piauí (2016-2017)[[13]](#footnote-13). Assim, o custo anual para os contribuintes alcança o valor de R$2,64 milhões.
  5. O PROFISCO II financiará ações que eliminarão a necessidade do preenchimento destas duas declarações acessórias. A Tabela 11 sintetiza as economias para o contribuinte. Esta é apenas uma das ações que trará economia para o contribuinte. O Programa também financiará ações que resultarão na disponibilização online de várias transações que atualmente são apenas presenciais, economizando para o contribuinte tempo de deslocamento (ida e volta) até à SEFAZ, tempo de espera e tempo de atendimento.

**Tabela 11: Estimativas de Economia com a Eliminação da DIEF e GIA-ST - 2016**

|  |  |
| --- | --- |
| número de empresas (a) | 22.000 |
| tempo por declaração em horas (b) | 0,5 |
| total horas mês (c) = a\*b | 11.000 |
| horas ano (d) = c\*12 | 132.000 |
| preço hora (e) | R$ 20,00 |
| total ano (f) = e\*d | R$ 2.640.000,00 |
| Fontes: SEFAZ-PI (Número de firmas), Sindicato Contadores (tempo de preparação por declaração e preço hora de trabalho), Dezembro de 2016. | |

### B.3. Redução de custos para o Estado do Piauí na sua gestão fiscal

* 1. Com o passar do tempo e mudanças no trânsito de mercadorias, alguns postos fiscais ficaram obsoletos, com custos maiores que a arrecadação gerada por eles. No entanto, o fechamento destes postos poderia gerar impacto negativo como, por exemplo, a mudança de rota de transportadores de mercadorias com o conhecimento do fim da fiscalização naqueles locais. Neste sentido, criaria um potencial de redução de arrecadação na presença de rotas não fiscalizadas, que poderiam ser usadas por agentes procurando evadir a tributação.
  2. Ações propostas no PROFISCO II, especialmente na área de melhoria tecnológica do monitoramento fiscal do trânsito de mercadorias, permitirão o fechamento de cinco postos de fiscalização no Piauí, substituindo a fiscalização fixa por fiscalização eletrônica e móvel. Esse fechamento de postos, a sua vez, irá gerar efeitos positivos na eficiência da gestão e o desempenho institucional da SEFAZ, e assim se vincula com o objetivo e resultados esperados do Componente I.
  3. A Tabela 12 abaixo mostra os custos para cada posto fiscal e alocados pelo ano em que serão fechados. Estes custos incluem o custo dos servidores, as diárias, as diárias dos militares envolvidos na proteção dos postos, o custo de pessoal terceirizado, aluguel e outros serviços tais como água, eletricidade, etc.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 12: Economia Anual - Fechamento de Postos** | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 |
| PONTE DA AMIZADE |  | 1.858.756 | 1.858.756 | 1.858.756 | 1.858.756 |
| BAIXA DO CAJUEIRO |  |  | 835.511 | 835.511 | 835.511 |
| SANTA FILOMENA |  | 87.721 | 87.721 | 87.721 | 87.721 |
| RIBEIRO GONÇALVES |  |  |  | 228.836 | 228.836 |
| VIRGINIA |  |  |  | 551.100 | 551.100 |
| TOTAL |  | 1.946.477 | 2.781.987 | 3.561.923 | 3.561.923 |
| SEFAZ-PI (2016-3) – Relatório de Custos Operacionais Anuais dos Postos Fiscais. Secretaria de Estado da Fazenda – Piauí - 2016 | | | | | |

* 1. A Tabela 13 sumariza os benefícios estimados para os produtos incluídos na análise C-B para os 10 anos que a análise cobre, em dólares e em Reais.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 13: Benefícios PROFISCO II (em mil dólares)** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Em US$ 1000 | | | | | | | | | | | |
| Declarações Acessórias | 0 | 800 | 800 | 800 | 800 | 800 | 800 | 800 | 800 | 800 | 7.200 |
| Redução Gap Tributário | 0 | 7.732 | 7.732 | 11.598 | 15.464 | 19.330 | 19.330 | 19.330 | 19.330 | 19.330 | 139.176 |
| Fechamento Postos | 0 | 590 | 843 | 1.079 | 1.079 | 1.079 | 1.079 | 1.079 | 1.079 | 1.079 | 8.988 |
| Total | 0 | 9.122 | 9.375 | 13.477 | 17.343 | 21.209 | 21.209 | 21.209 | 21.209 | 21.209 | 155.365 |
| Em R$ 1000 | | | | | | | | | | | |
| Declarações Acessórias | 0 | 2.640 | 2.640 | 2.640 | 2.640 | 2.640 | 2.640 | 2.640 | 2.640 | 2.640 | 23.760 |
| Redução Gap Tributário | 0 | 25.516 | 25.516 | 38.274 | 51.031 | 63.789 | 63.789 | 63.789 | 63.789 | 63.789 | 459.282 |
| Fechamento Postos | 0 | 1.946 | 2.782 | 3.562 | 3.562 | 3.562 | 3.562 | 3.562 | 3.562 | 3.562 | 29.662 |
| Total | 0 | 30.102 | 30.938 | 44.475 | 57.233 | 69.991 | 69.991 | 69.991 | 69.991 | 69.991 | 512.704 |

# Fonte: Cálculos Próprios para os benefícios estimados do Profisco II.

# Resultado da Análise Custo-Benefício

* 1. A análise C-B mostra que, no horizonte de 10 anos, usando todos os custos e os benefícios estimados para cinco produtos, o PROFISCO II tem uma taxa interna de retorno bastante sólida. A Tabela 14 mostra que, no Cenário 1 (básico), usando os resultados descritos acima e uma taxa de desconto de 12%, o programa obtém uma taxa interna de retorno (TIR) de 50,5% e um valor presente líquido (VPL) de quase US$ 25 milhões. O fluxo financeiro anual (Benefícios – Custos) passa a ser positivo no quinto ano do programa e, no acumulado, passa a ser positivo no sexto ano do programa, ou seja, já com retorno positivo para o programa como um todo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 14. Cenário1: Cenário Básico da Análise Custo-Benefício (em US$1000)** | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | | ano 3 | ano 4 | | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -693 | -10.437 | | -16.084 | -18.075 | | -14.566 | -5.403 | -5.352 | -5.302 | -5.251 | -5.168 | -86.330 |
| Benefícios | 0 | 9.122 | | 9.375 | 13.477 | | 17.343 | 21.209 | 21.209 | 21.209 | 21.209 | 21.209 | 155.365 |
| Fluxo | -693 | -1.315 | | -6.709 | -4.597 | | 2.778 | 15.807 | 15.857 | 15.908 | 15.958 | 16.041 | 69.035 |
| Valor Presente Líquido | | | 24.738 | | |  |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| TIR | | | 50,5% | | |  |  |  |  |  |  |  |  | |  |

# Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício

# Análise de Sensibilidade

* 1. Toda análise C-B ex-ante está associada a riscos de diferentes tipos. Neste case específico, os riscos estão relacionados a benefícios menores do que esperados e uma possível desvalorização do Real, visto que os benefícios serão obtidos nesta moeda enquanto os custos são fixos em dólares. Uma análise de sensibilidade mudando alguns parâmetros usados no cenário básico pode melhor contextualizar estes riscos.
  2. Três diferentes cenários foram desenhados: uma desvalorização do Real, uma redução de benefícios e um cenário que mistura desvalorização e redução de benefícios. Todos os cenários usam uma taxa de desconto de 12%.
  3. Cenário 2: Desvalorização de 10% do Real. Como os custos, exceto manutenção, são fixos em dólares e os benefícios são aferidos em Reais, uma desvalorização do Real implica em uma redução dos benefícios medidos em dólares. No cenário básico, os benefícios são estimados em Reais para todos os dez anos da análise. Os valores são transformados em dólares usando a taxa de câmbio média projetada para 2018 (R$3,3 = US$1), Pesquisa Focus do Banco Central com agentes do mercado financeiro – 1º de setembro de 2017). Assim, a taxa de câmbio estimada é aplicada no período inteiro.
  4. Neste cenário de desvalorização do Real, aplica-se a nova taxa de câmbio (R$3,63 = US$1) para transformar os benefícios em Real para dólares para todos os anos da análise. A Tabela 15 mostra que, assumindo uma desvalorização de 10% do Real[[14]](#footnote-14), a TIR cai para 39,7%, o VPL para pouco mais de US$ 19 milhões, o fluxo passa a ser positivo no quinto ano e o acumulado no sétimo. Mesmo em um cenário extremo de uma desvalorização do Real que chegasse a 65%, a TIR continuaria sólida em 12%.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 15. Cenário 2 - Análise Custo-Benefício - Desvalorização do Real em 10% (Em US$ 1000)** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -693 | -10433 | -16000 | -17873 | -14243 | -4999 | -4948 | -4898 | -4847 | -4767 | -83700 |
| Benefícios | 0 | 8293 | 8523 | 12252 | 15767 | 19281 | 19281 | 19281 | 19281 | 19281 | 141241 |
| Fluxo | -693 | -2141 | -7477 | -5620 | 1524 | 14282 | 14333 | 14384 | 14434 | 14514 | 57540 |
| Valor Presente Líquido | | 19.053 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TIR | | 39,7% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

# Fonte: Cálculos do autor para o Cenário com desvalorização do Real em 10%.

* 1. Cenário 3: Redução de Benefícios. A redução do Gap Tributário representa, no cenário básico, 90% do total dos benefícios medidos, o que não é surpresa em projetos fiscais, onde os maiores ganhos resultam de produtos tributários. No cenário básico assumiu-se uma redução do Gap Tributário, bastante conservadora, de 0,5% nos dois primeiros anos, chegando a 1,25% do quinto ano em diante. Em outras palavras, o Gap Tributário reduziria do nível atual de 34,60% para 33,35% ao fim do programa. No cenário 3, assume-se uma redução ainda menor do Gap Tributário, como mostra a Tabela 16 abaixo. Neste cenário 3, ao final do programa, a redução anual do Gap Tributário não chega nem mesmo a 1%. Com todas as ações que serão implantadas na área tributária, esta é uma hipótese extremamente conservadora.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 16: Parâmetros de Redução do Gap Tributário para diferentes cenários**  **(% e em R$ 1000)** | | | | | | | |
|  | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 em diante | Inicio do Programa | Fim do Programa |
| Cenário Básico | 0,50% | 0,50% | 0,75% | 1,00% | 1,25% | 34,60% | 33,35% |
| Em R$ 1000 | 25.515,7 | 25.515,7 | 38273,5 | 51.031,3 | 63.789,2 | 1.765.684,6 | 1.701.895,4 |
| Cenários 3 e 4 | 0,35% | 0,35% | 0,53% | 0,70% | 0,88% | 34,60% | 33,73% |
| Em R$ mil | 17.861,0 | 17.861,0 | 26.791,5 | 35.721,9 | 44.652,4 | 1.765.684,6 | 1.721.032,1 |

# Fonte: Cálculos do autor para diferentes parâmetros de redução do Gap Tributário.

* 1. Neste cenário 3, como mostra a Tabela 17, a TIR passa para 18,2%, o VPL reduz para US$ 4,5 milhões, o fluxo se torna positivo no sexto ano, mas o fluxo acumulado (retorno) só fica positivo a partir do oitavo ano.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 17. Cenário 3 - Análise Custo-Benefício - Redução de Benefícios**  **(Em US$ 1000)** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -693 | -10.437 | -16.084 | -18.075 | -14.566 | -5.403 | -5.352 | -5.302 | -5.251 | -5.168 | -86.330 |
| Benefícios | 0 | 6.802 | 7.055 | 9.998 | 12.704 | 15.410 | 15.410 | 15.410 | 15.410 | 15.410 | 113.612 |
| Fluxo | -693 | -3.635 | -9.029 | -8.077 | -1.862 | 10.008 | 10.058 | 10.109 | 10.159 | 10.242 | 27.282 |
| Valor Presente Líquido | | 4.533 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TIR | | 18,2% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

# Fonte: Cálculos do autor para o Cenário 3 com uma redução menor do Gap Tributário resultando em menor aumento de arrecadação adicional do ICMS.

* 1. Cenário 4: Desvalorização e Redução de Benefícios. Este cenário assume uma desvalorização do Real em 10% e a redução do Gap Tributário a níveis abaixo de 1% ao final do programa. Neste caso, como mostra a Tabela 18, a TIR passa para 12,9%, o VPL cai para um pouco menos de US$700 mil, o fluxo anual passa a ser positivo no ano 6, e o acumulado no ano 8. Mesmo neste cenário extremamente pessimista, o programa ainda tem uma taxa interna de retorno aceitável. A TIR cairia um pouco mais e alcançaria 12% em um cenário com o mesmo nível de redução de benefícios e uma desvalorização do Real em 12%.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 18. Cenário 4 - Análise Custo-Benefício - Desvalorização e Redução de Benefícios** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -693 | -10.433 | -16.000 | -17.873 | -14.243 | -4.999 | -4.948 | -4.898 | -4.847 | -4.767 | -83.700 |
| Benefícios | 0 | 6.184 | 6.414 | 9.089 | 11.549 | 14.009 | 14.009 | 14.009 | 14.009 | 14.009 | 103.284 |
| Fluxo | -693 | -4.249 | -9.586 | -8.784 | -2.693 | 9.011 | 9.061 | 9.112 | 9.162 | 9.242 | 19.583 |
| Valor Presente Líquido | | 684 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TIR | | 12,9% |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

# 

# Fonte: Cálculos do autor para um cenário misto de desvalorização do Real e aumento menor de arrecadação.

# Conclusões

* 1. O PROFISCO II para o Estado do Piauí está desenhado para atuar nas áreas de gestão fazendária e transparência fiscal; administração tributária e contencioso fiscal; e administração financeira e gasto público. O programa conta com um financiamento de US$ 44,935 milhões de financiamento BID e US$ 5,065 milhões de contrapartida local.
  2. A análise C-B incluiu alguns produtos do programa. Os critérios para a escolha destes produtos foram principalmente a representatividade deles para a arrecadação fiscal, o impacto para o contribuinte e para a eficiência da administração fiscal e a disponibilidade de dados consistentes para se realizar a análise. Na arrecadação fiscal, produtos relacionados à inteligência fiscal, gestão da dívida ativa, cobrança, contencioso fiscal, modernização de postos fiscais, melhoria e ampliação de monitoramento móvel do trânsito de mercadorias, melhoria da gestão do ICMS dobre as importações internacionais, entre outros, gerarão aumento de arrecadação. No entanto, se optou por adotar hipóteses fortemente conservadoras com relação à redução do Gap Tributário resultantes das ações descritas. Outros subprodutos de integração de sistemas e redesenho de processos irão melhorar o ambiente de negócios com economia de tempo e custos para o contribuinte cumprir com suas obrigações tributárias.
  3. A tabela abaixo sumariza os quatro cenários da análise de sensibilidade. Lembrando que a análise apenas focou em casos de deterioração do cenário básico. Como mencionado acima, as hipóteses do cenário básico são substancialmente conservadoras, especialmente para o percentual de redução do Gap Tributário. A probabilidade de um retorno maior do que o cenário básico é alta.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 19: Sumário da Análise de Sensibilidade da Análise Custo-Benefício** | | | |
|  | TIR | VPL |
| Básico | 50,5% | $ 24.737.960 |
| Desvalorização | 39,7% | $ 19.052.925 |
| Redução benefícios | 18,2% | $ 4.532.512 |
| Duplo | 12,9% | $ 684.335 |

# Fonte: Cálculos do autor para os diferentes cenários da análise Custo-Benefício

**Referências**

Amaral, G. L.; Olenike, J. E.; Amaral, L. M. F. “Carga tributária brasileira 2012”. Curitiba: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação -IBPT, 2013 (Nota Técnica).

Banco Mundial. Doing Business in Brazil, measuring business regulations. 2017. <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/brazil>

Comissão Europeia (2003) - Guía del análisis costes-beneficios de los proyectos de inversión” de la Comisión Europea.

Link: <http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/guides/cost/guide02_es.pdf>

Correios, 2014 - Novo Modelo de Importação pelo Canal Postal e a Cobrança do ICMS, apresentação do Departamento Internacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária. Brasília, DF, Março de 2014.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2016-2017) – Dados de Importação por Unidade da Federação. Link: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao>

Secretaria do Tesouro Nacional (2017). Boletim de Finanças subnacionais 2016. Agosto de 2017.

SEFAZ-PI (2016-1) – Metodologia de Estimativa do Gap Tributário baseada em estudos da Escola de Administração Fazendária.

SEFAZ-PI (2016-2) - Relatórios Fiscais da SEFAZ/PI para o ano de 2016, baseado no Cadastro Geral de Firmas Ativas no Estado. Secretaria de Estado Da Fazenda, Estado do Piauí, Dezembro de 2016.

SEFAZ-PI (2016-3) – Relatório de Custos Operacionais Anuais dos Postos Fiscais. Secretaria de Estado da Fazenda – Piauí - 2016

Sindicato dos Contadores do Piauí (2016-2017) - Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato dos Profissionais de Contabilidade do Estado do Piauí para 2016-2017.

1. AMARAL, G.L; OLENIKE, J. E.; AMARAL, L. M. F. (IBPT) Carga Tributária Brasileira 2012. Março de 2013. [↑](#footnote-ref-1)
2. STN, 2017: página 92. Boletim de Finanças subnacionais 2016. [↑](#footnote-ref-2)
3. Em uma avaliação econômica, se os custos dos bens e serviços são afetados por fortes distorções de preços, preços sombra devem ser aplicados, pois mais adequadamente refletem os custos sociais de oportunidade dos recursos. Por exemplo, quando os preços reais dos bens e serviços utilizados no projeto estão distorcidos devido a deficiências do mercado ou os salários não guardam relação com a produtividade da mão de obra. Ver Comissão Europeia (2003), “Guía del análisis costes-beneficios de los proyectos de inversión” de la Comisión Europea. [↑](#footnote-ref-3)
4. As aquisições de bens para o projeto se darão por processos licitatórios que mitigam a posibilidade de formação de carteis e garantem a competitividade aproximando os preços de mercado dos custos sociais de oportunidade dos mesmos. Com relação aos impostos, parte deles são federais e representam custos de oportunidade para o Piauí e não devem ser retirados como seriam se utilizados preços sombra, os bens importados de outros estados da federação, parte dos impostos retornam aos estados de origem e representam verdadeiros custos de oportunidade para o Piauí. Assim, os preços de mercado esam muito próximos dos custos sociais de oportunidade. Os custos de serviços de consultoria também são similares. Estes são serviços de alta qualidade, de mão de obra altamente qualificada e seus preços de mercado são os mesmos ou muito próximos dos custos sociais de oportunidade. O mesmo se aplica aos custos de manutenção. [↑](#footnote-ref-4)
5. STN, 2017: página 92. Boletim de Finanças subnacionais 2016. [↑](#footnote-ref-5)
6. Um estudo publicado este ano pela OECD, “Technology Tools to Tackle Tax Evasion and Tax Fraud”, provê exemplos de sucesso em diversos países com o uso de tecnologia no cambate à evasão e fraude fiscais. <https://www.oecd.org/tax/crime/technology-tools-to-tackle-tax-evasion-and-tax-fraud.pdf>. [↑](#footnote-ref-6)
7. Se o Gap Tributário como percentual do PIB em 2016 fosse o mesmo de 2012 (4,3%), a redução de 1,5% do Gap representaria 0,15% do PIB. Em outras palavras, se o aumento da arrecadação do ICMS fosse de 1% do PIB, o Gap cairia em 8,13%, de 34,64% para 26,51%. [↑](#footnote-ref-7)
8. O Ceará adquiriu, com recursos do Profisco I, cinco scanners. Quatro foram instalados em postos fiscais e um é móvel, circulando pelo estado. Os quatro fixos foram instalados nos Postos Fiscais de Tianguá (Dezembro/2011), Penaforte (Julho/2013), Aracati (Outubro/2014) e Crato em (Dezembro/2015). O aumento de arrecadação para iguais períodos antes e depois da instalação dos scanners foi de 29,7% para Tianguá, 26% para Penaforte e 11% para Aracati (Fonte SEFAZ-CE). Como Crato só foi instalado em dezembro de 2015, não há dados ainda para comparação. O menor aumento para Aracati reflete a grave crise econômica dos últimos dois anos. [↑](#footnote-ref-8)
9. Para dados de importação por estado, ver: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao> [↑](#footnote-ref-9)
10. Novo Modelo de Importação pelo Canal Postal e a Cobrança do ICMS, apresentação do Departamento Internacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária. Brasília, DF, Março de 2014. [↑](#footnote-ref-10)
11. Sistema digital que permite o envio eletrônico dos livros e documentos contábeis e fiscais das empresas de forma integrada aos três níveis de governo. Proporciona ao fisco informação em tempo real e maior efetividade no controle fiscal e à contribuinte racionalização no cumprimento das obrigações tributárias. [↑](#footnote-ref-11)
12. Relatórios Fiscais da SEFAZ/PI para o ano de 2016, baseado no Cadastro Geral de Firmas Ativas no Estado. Secretaria de Estado Da Fazenda, Estado do Piauí, Dezembro de 2016. [↑](#footnote-ref-12)
13. Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato dos Profissionais de Contabilidade do Estado do Piauí para 2016-2017. [↑](#footnote-ref-13)
14. Previsões de taxas de câmbio são difíceis de realizar para períodos mais longos, visto que muitas variáveis influenciam as mesmas. Por exemplo, em 2003, a taxa de câmbio chegou a R$ 3,07 por dólar, maior valor desde a adoção do Real. A valorização do Real resultou em uma taxa de R$ 1,67 em 2011, uma valorização de cerca de 50%. Os problemas econômicos e políticos a partir de 2012 resultaram em uma desvalorização da moeda em mais de 100%, sendo 42% apenas em 2015, ano do impeachment, chegando a R$3,48 em 2016. Este ano, a moeda voltou a se valorizar em mais de 8% até o início de outubro, alcançando R$3, 18. Assim, a adoção de uma de uma desvalorização real de 10% tem o objetivo de criar uma referência para medir o impacto de uma desvalorização na taxa interna de retorno do projeto. [↑](#footnote-ref-14)